



CÂMARA MUNICIPAL DE
**MARECHAL
FLORIANO**

N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
718/2022	216/2022	30/06/2022 11:48:25	30/06/2022 11:48:25

Tipo

REQUERIMENTO DE DIÁRIA

Número

25/2022

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

VEREADOR ABRÃO LEVI KIFFER

Ementa:

Venho solicitar através desde requerimento 4 diárias para participação da Mobilização Municipalista da CNM, juntamente com o Prefeito do nosso Município e comprimento de Agenda no Congresso Nacional.





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

DADOS DO REQUISITANTE

NOME: Abrão Levi Kiffer.

REQUISITO COM BASE NA LEI Nº 2.121 DE 20 DE AGOSTO DE 2019, DIÁRIAS CONFORME ABAIXO DESCRITO.

INFORMAÇÕES DA VIAGEM

FINALIDADE DA VIAGEM: Venho solicitar através desde requerimento 4 diárias para participação da Mobilização Municipalista em defesa da pauta prioritária do movimento municipalista no dia 05.07.2022, juntamente com o Prefeito do nosso Município e cumprimento de Agenda no Congresso Nacional.

DESTINO : Brasília

ENDEREÇO: , Praça dos Três Poderes, , Zona Cívico-Administrativa, CEP - 70165-900, Brasília - DF

DATA PREVISTA: 04/07/2022

HORÁRIO PREVISTO PARA SAÍDA: Dia 04/07/2022 às 08:25

HORÁRIO PREVISTO PARA RETORNO: Dia 07/07/2022 às 21 horas

DAS DIÁRIAS

SEM OU COM PERNOITE? Com Pernoite

Nº DE DIÁRIAS : 4

VALOR UNITÁRIO R\$: R\$: 570,00 + 20% com despesas com transportes urbanos

VALOR TOTAL R\$: R\$: 2.736





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÃO:

MARECHAL FLORIANO - ES, 30 de junho de 2022

Abrão Levi Kiffer.

Servidor

Autorizo o pagamento das Diárias acima especificadas para atender a execução dos serviços de interesse do Poder Legislativo Municipal, que correrão por conta da dotação orçamentária: **001001.0103100992.001 - Manutenção da Atividade da Câmara, - Elemento de Despesa: 3.3.3.90.14.0000.** Ao Departamento Financeiro e Contábil para verificar os procedimentos conforme a Instrução Normativa SCO nº 003/2020, a existência de recursos disponíveis para realizar empenho e o pagamento.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3200370031003A005000

Assinado eletronicamente por **Abrão Levi Kiffer**, em **30/06/2022 10:55**

Checksum: **DB98B3B6485DBA13E5779619D3708CDA77DED049DD3F9D99E57DC86890F70DB1**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3200370031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.







Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: Protocolar Processo

Ação Realizada: Processo Protocolado

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL

De: Departamento Protocolo e Atendimento

Para: Secretaria Geral Legislativa

Segue para providências.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2022.

Gibran Christo Schneider
Diretor Legislativo - Mat.

Tramitado por, Gibran Christo Schneider, Mat.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900300030003A005400

Assinado eletronicamente por **Gibran Christo Schneider** em **30/06/2022 11:48**

Checksum: **4F2EEFDC6B1AE048D0F5DAB5EA0F4DBB0269F953D42C1F0C1B1A78362DACABB7**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3900300030003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Secretaria Geral Legislativa

Para: Gabinete da Presidência

A Vossa Excelência para autorização.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2022.

Gibran Christo Schneider
Diretor Legislativo - Mat.

Tramitado por, Gibran Christo Schneider, Mat.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900300031003A005400

Assinado eletronicamente por **Gibran Christo Schneider** em **30/06/2022 11:54**

Checksum: **3EA22C604D16A63D6D1AE58B1F0A6B0E620BAF600AB10650D092819E6130EC3C**





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Gabinete da Presidência

Para: Departamento Financeiro e Contábil

Aprovdo! Seguir para as devidas providências.

Marechal Floriano-ES, 30 de junho de 2022.

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Presidente da Câmara Municipal - Mat. 80

Tramitado por, Cezar Tadeu Ronchi Junior, Mat. 80



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900300032003A005400

Assinado eletronicamente por **Cezar Tadeu Ronchi Junior** em **30/06/2022 11:56**

Checksum: **E2871CEDA2CFAD6386B794A6C090BD37F1314DF572669D69D366CF46DA9A6BF0**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3900300032003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL

De: Departamento Financeiro e Contábil

Para: Gabinete do Vereador Abrão Levi Kiffer

Segue para Vossa Senhoria anexar relatório de diárias.

Marechal Floriano-ES, 4 de julho de 2022.

Claudiana Cristina Littig de Melo
Técnico Legislativo - Mat. 1

Tramitado por, Claudiana Cristina Littig de Melo, Mat. 1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900300033003A005400

Assinado eletronicamente por **Claudiana Cristina Littig de Melo** em **04/07/2022 15:09**

Checksum: **C71E7674B8A7D54BB97448F98604886869E8CA76FD04354C63427EF63AF0E5B7**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3900300033003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Gabinete do Vereador Abrão Levi Kiffer

Para: Departamento Financeiro e Contábil

Marechal Floriano-ES, 13 de julho de 2022.

Abrão Levi Kiffer.
Vereador - Mat. 147

Tramitado por, Abrão Levi Kiffer., Mat. 147



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 3900350038003A005400

Assinado eletronicamente por **Abrão Levi Kiffer**, em 13/07/2022 15:16

Checksum: **999FDA2749A9DC71347090ABFD06CAEF4470C99C31CAD09EB4B7D3CAE529C629**



13 de julho de 2022

No dia 04 de julho (segunda-feira), me desloquei da minha cidade de Marechal Floriano para o destino de Brasília-DF, para participar da Mobilização Municipalista em defesa da pauta prioritária do movimento municipalista no dia 05.07.2022, juntamente com o Prefeito do nosso Município como solicitado em Ofício encaminhado por ele e cumprimento de agenda no Congresso Nacional.

No dia 05 de julho na sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), estive presente na Mobilização juntamente com o nosso Prefeito Cacau Lorenzoni e o Presidente da Câmara de Marechal Floriano Cezinha Ronchi com a expectativa de defender a pauta municipalista. Isso porque, dezenas de medidas federais, dos Três Poderes, aumentam as despesas das gestões locais e reduzem receitas, gerando impacto de mais de R\$ 73 bilhões ao ano e fomos recebidos pelo presidente Paulo Ziulkoski e outras lideranças Municipais.

Os detalhes dos impactos foram apresentados pela CNM em um estudo publicado no portal da entidade. O levantamento foi mencionado por Ziulkoski na abertura da Mobilização Municipalista. Um dos pontos mais preocupantes apontados pelo líder municipalista foram as propostas que estabelecem reajustes de pisos salariais de diversas categorias, principalmente da Saúde.

Segue em PDF anexos das Pautas discutidas pelo Movimento Municipalista para o Governo Federal e as Conquistas Municipalistas



Estudos Técnicos – junho de 2022

Pautas do movimento municipalista para o Governo Federal

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao longo de sua história, sempre lutou por um aperfeiçoamento do pacto federativo para que os três Entes da federação possam conviver de forma harmônica e cooperativa. A entidade vem alertando para vários problemas que afetam a população em decorrência de medidas adotadas que, ora reduzem significativamente as receitas municipais, ora incham a folha de pagamento e a grave insegurança jurídica de algumas ações que o governo federal vem tomando nos últimos tempos. Diante disso, listamos algumas dessas medidas e os problemas que os municípios têm enfrentado.

O primeiro problema está relacionado com a edição do Decreto 11.087, de 30 de maio de 2022 e o anterior, o Decreto 10.979, de 25 de fevereiro, de 2022 que reduzem as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com essa medida a CNM calcula uma redução no imposto de R\$ 6,745 Bilhões. O IPI compõe a base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, tal redução afeta as receitas que chegam aos cofres municipais e consequentemente os serviços que precisam chegar ao cidadão na ponta.

Essa forma de reduzir impostos que são compartilhados é usualmente utilizada por todos os governos e sempre causam grandes prejuízos aos Municípios. **Trata-se de uma política que fere gravemente o Pacto Federativo.**

Outro fato importante é a demanda reprimida do Programa Auxílio Brasil, (PAB) acumulada até o mês de abril, que contabiliza 2.788.362 famílias na fila de espera, se todas essas famílias estivessem recebendo o auxílio, referenciando a média de pagamento praticada pelo governo federal (Sagi) de R\$ 409,30 por mês, o incremento na economia no mês seria de mais de R\$ 1,1 bilhão. Todas estas famílias que estão fora do programa atualmente estão sofrendo com o problema da insegurança alimentar e pressionando nossas estruturas municipais de assistência social em busca de benefícios eventuais.

A muitos anos a Confederação vem alertando ao governo sobre o problema dos programas federais, uma vez que ocorre um desequilíbrio econômico da modalidade de financiamento implementada pelo governo. Os valores transferidos já de início são muito distantes do custo efetivo, sem qualquer compromisso com a defasagem inflacionária ao longo dos anos. As políticas públicas estão, ao longo do tempo, sendo estruturadas e executadas na modalidade de programas ou convênios entre União, Estados e Municípios, ou seja, os recursos provenientes implicam ao município responsabilidades de ordem financeira, fiscal, técnica, operacional, entre outras.

Um exemplo dessa defasagem ocorre em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que transfere recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para



auxiliar na aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Há inúmeros dilemas na execução dos programas federais. Por isto, a adesão a esses programas pode ser considerada, por vezes, um erro na tomada de decisão do gestor local.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: I) Creches: R\$ 1,07, II) Pré-escola: R\$ 0,53, III) Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64 e IV) Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36, V) Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32, VI) Ensino integral: R\$ 1,07, VII) Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00 e VIII) Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53. Esses valores encontram-se desatualizados desde 2017.

Diante desses valores, os repasses de recursos atualmente não cobrem o custo da merenda escolar. De acordo com a pesquisa realizada pela CNM, os Municípios estão assumindo elevadíssimos custos com a merenda escolar, além de serem responsáveis pelo cumprimento de várias exigências estabelecidas nas regras do PNAE. Os municípios chegam a gastar três, quatro vezes mais que os valores repassados. Como pode ver abaixo:

Subfinanciamento



Além do problema da defasagem dos programas federais, os municípios têm um outro gargalo que está relacionado aos Restos a Pagar (RAP) que são despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro de cada ano. Em 2022 os raps totalizaram **R\$ 233,7 bilhões**, desse montante, **R\$ 49 bilhões** estão relacionados aos municípios, esse valor é 16,6% maior do que foi inscrito em RAP no ano passado. Um dos motivos desse aumento deve-se aos impactos da crise sanitária, mudando a composição de RAPs, antes relacionados à execução de obras públicas.

Sede: St. de Grandes Áreas Norte Quadra 601 Módulo N • CEP 70.830-010 • Brasília - DF • Tel/Fax: (61) 2101-6000
Escritório: Rua Marcílio Dias nº 574 - Bairro Menino de Deus • Cep 90130-000 • Porto Alegre - RS • Tel/Fax: (51) 3232-3330



Como sempre é divulgado e salientado pela CNM, nos últimos anos houveram enormes esforços por parte do governo federal, órgãos de controle, parlamento, CNM e bancos oficiais para buscar alternativas a fim de que a execução do orçamento fosse mais rápida, eficiente e alcançasse o objetivo principal que é o atendimento à população. Houveram mudanças de sistemas, implementação da Plataforma+Brasil, novas portarias interministeriais, novas obrigações dos concedentes, novos contratos dos Ministérios com os bancos e aprovação pelo Congresso da Emenda Constitucional 105/2019, que trouxeram uma nova forma de distribuição dos recursos das emendas parlamentares impositivas. Mesmo com os esforços empreendidos o problema dos restos a pagar persiste, existem milhares de outras obras paradas no país. Este tema é de grande importância para a causa municipalista, uma vez que obras paradas significam desperdício de recursos e prejuízo à população, que necessita de uma boa provisão de serviços públicos.

De acordo com levantamento da CNM, utilizando múltiplos sistemas de informações sobre obras, foi possível constatar a existência, até o presente momento, de **6.932 obras paradas no Brasil no período analisado, correspondentes a um valor total de R\$ 9.327.934.908 (R\$ 9,32 bilhões)**. A maioria das obras paradas se encontra registrada no Simec e na Plataforma +Brasil, enquanto a maior parte dos valores de contratos é decorrente da execução de programas habitacionais e da educação.

Grande parte das obras paradas estão localizadas nas regiões Nordeste e Norte e em Municípios de menor porte populacional. Presumivelmente, o valor médio das obras é maior entre as cidades mais populosas. As principais obras são oriundas de projetos habitacionais; pavimentação asfáltica; construção de estradas vicinais; construção de orlas; construção de escolas e creches; obras em esgoto; água; melhorias sanitárias domiciliares e saneamento rural, além das obras em escolas e creches, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento.

Além dos financeiros, há um enorme prejuízo social, pois, cada obra dessas devia empregar trabalhadores que com seus proventos dinamizariam as economias locais neste momento de recuperação lenta da pandemia da Covid-19, que trouxe grandes impactos a nossa sociedade. Sendo assim, é imperativo que se busque alternativas, viáveis, para a conclusão dessas obras. Vários movimentos foram feitos pelos órgãos de controle federais e estaduais a fim de recuperar esses investimentos, tais como reuniões setoriais com Ministérios e a administração federal, elaboração de normativas e novos prazos abertos. Mas, como o assunto é sempre complexo e requer muita dedicação e comprometimento de todos, não evoluiu na velocidade preconizada.

Outros dois problemas bastante graves nos últimos dois anos, se refere ao desabastecimento de medicamentos e atendimentos que deixaram de ser realizados no SUS, ou seja, há uma demanda reprimida que precisa ser solucionada.



Em recente estudo realizado por esta Confederação constatamos que durante a pandemia de covid, a vacinação e os efeitos do pós-pandemia foram muito impactantes para os Municípios, houve uma completa mudança da organização de nossas estruturas físicas e de atendimento a população neste período todo, pois os Municípios é que são os responsáveis pela prestação dos serviços públicos na Atenção Básica e na Média e Alta Complexidade.

A primeira das grandes consequências do pós-pandemia é a demanda reprimida de procedimentos. Com base nesses dados, para o ano de 2022, estima-se uma média de crescimento de 2.387.029 procedimentos. No acumulado dos outros dois anos anteriores isso totaliza 6.219.466 procedimentos (2020, 2021 e 2022).

O segundo fato que causa bastante impacto é o desabastecimento de medicamentos constatado em nossa pesquisa, as farmácias básicas dos Municípios têm uma grande quantidade de medicamentos que não estão disponíveis, seja por falta do produto junto as indústrias farmacêuticas e/ou a falta do envio destes medicamentos pelo Ministério da Saúde, o que preocupa muito aos gestores locais.

E por fim temos que relatar os impactos expressivos nas finanças municipais oriundas dos pisos salariais do funcionalismo público, a CNM sempre apoiou a valorização do funcionalismo e defende o seu papel central na provisão de serviços públicos de qualidade para os entes municipais. Ao longo dos últimos anos a CNM vem alertando e debatendo o impacto do piso do magistério.

Durante todo o ano de 2021 a CNM atuou junto ao Legislativo e ao Executivo para mostrar que o critério de reajuste do piso nacional do magistério, fixado na Lei 11.738/2008, perderia a eficácia com a entrada em vigor do novo Fundeb. Desde 2010, o piso nacional do magistério passou a ser atualizado, anualmente, em janeiro, pelo mesmo percentual de crescimento, nos dois anos anteriores, do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei 11.494/2007. Um novo critério de reajuste tem sido uma bandeira defendida pela CNM há mais de 13 anos, que luta pela aprovação a do texto original do Projeto de Lei (PL) 3.776/2008, com adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos doze meses anteriores para reajuste do piso.

O piso do magistério cresceu 204% entre 2009 e 2021, superando o crescimento de 104% da inflação mensurada pelo INPC e de 143% do Fundo, recurso que serve para o financiamento de todos os níveis da Educação Básica. Esse mesmo cenário, em menor magnitude, ocorreu com o salário-mínimo (137%). Importante ressaltar que o piso hoje não serve apenas como remuneração mínima, mas como valor abaixo do qual não pode ser fixado o vencimento inicial, ou seja, repercute em todos os vencimentos do plano de carreira dos professores. Então o impacto é



enorme e prejudica diretamente os investimentos em educação no país, na medida em que grande parte dos repasses para a Educação estão sendo gastos com folha de pagamento.

Recente decisão tomada pelo Governo Federal através do Ministério da educação em "conceder" o aumento do Piso nacional do Magistério Público baseado em uma legislação que precisa ser alterada no Congresso Nacional, causou um enorme problema junto aos gestores locais que foram pressionados a conceder um aumento de 33,4% nos vencimentos de seus professores com grande insegurança jurídica. Segundo estimativas realizadas pela CNM o impacto orçamentário, se todos os Municípios dessem este aumento, será da ordem de R\$ 30 bilhões em nossas folhas de pagamento.

Portanto, este conjunto de problemas aqui elencados servem para que o Governo Federal possa rever algumas de suas decisões e sobretudo criar canais de comunicação mais eficientes para que possam ouvir nossas demandas e atuarmos de forma conjunta, nossos objetivos são comuns e têm como fim, prestar mais e melhores serviços públicos a nossa população.

Reforçamos abaixo, as medidas que o movimento municipalista entende como necessárias para a mitigação dos problemas aqui relatados e destacamos que a maioria delas foram apresentadas a este governo ainda no início do mandato:

Demanda reprimida do Programa Auxílio Brasil: Vincular o orçamento e sua execução à demanda reprimida do programa e manutenção dos benefícios de transferência de renda, de modo que famílias que apresentarem perfil para receber o benefício sejam automaticamente incluídas no programa.

Segurança Alimentar e Nutricional: A imediata retomada de investimento em ações de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito das Dimensões de: Produção e disponibilidade de alimentos; Políticas públicas, direitos humanos e orçamento público. Tais como infraestrutura e estrutura, como a construção de Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos.

Demanda reprimida de Procedimentos em saúde: Curto e médio prazo: Revisão da programação pactuada e integrada da assistência (PPI Assistencial) e dos fluxos de usuários do SUS, revisão dos tetos financeiros média e alta complexidade (MAC), correção da metodologia de definição do teto de incremento de MAC inserindo os valores dos incentivos financeiros permanentes como SAMU, UPA, HPP, Melhor em casa. Médio e longo prazo: Revisão da tabela SUS com definição de critério de reajuste anual.

Desabastecimento de medicamentos: Definição de estratégia de aquisições centralizadas no governo federal de medicamento e insumos necessários para manter os serviços de saúde, com



distribuição aos estados e municípios com base em critério epidemiológicos e de capacidade instalada.

Programas Federais: Definição em lei de (i) correção anual pela inflação dos valores das transferências legais da União (sugestão: IPCA); (ii) limite de recursos para transferências voluntárias e aumento para transferências legais; (iii) regulamentação das transferências legais restrita ao disposto nas respectivas leis federais.

Obras Paralisadas: garantir o aporte financeiro da União para a conclusão das obras.

Restos a Pagar: Abrir prazo para que os municípios possam indicar os empenhos de obras que já tenham iniciado.



CONQUISTAS MUNICIPALISTAS

Valores em reais

	Município	Estado	Brasil
Alteração da Aliquota da COFINS que incidiria no IR (1999 - 2021)	1.032.515	142.848.367	8.072.527.59
Fim da compensação da COFINS no IPI (2004 - 2021)	3.015.199	398.094.116	22.622.660.78
PAES (crédito FPM dezembro 2005)	139.131	21.192.629	1.215.364.00
Contribuição para Iluminação Pública (CIP/COSIP) (2003 - 2021)	6.634.805	1.759.555.707	93.637.622.90
Repasse do Salário Educação (2004 - 2021)	13.366.305	2.608.198.921	148.593.658.30
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2021)	1.491.616	221.514.407	12.483.747.80
ISS - LC 116/2003; LC 157/2016 e LC 175/2020 (2004 - 2021)	14.724.580	12.411.773.024	615.240.369.40
Transporte Escolar (PNATE) (2004 - 2021)	3.973.211	229.191.117	12.139.053.10
Merenda Escolar (PNAE) (2006 - 2021)	6.561.823	1.174.671.594	61.303.814.80
ITR - Imposto Territorial Rural - Municipalização (2008 - 2021)	-	11.417.021	7.111.708.20
EC 55/2007 - 1% FPM (dezembro 2007 a 2021)	10.078.526	1.311.689.548	74.569.387.10
AFM - Apoio Financeiro aos Municípios - (2009,2013,2015 e 2017)	2.901.805	385.491.775	21.712.002.50
FEX (Fundo Exportação) - (2004 - 2018)	5.550.842	951.532.577	14.017.269.60
Repasses Extra do FPM (2009 a 2018)	1.437.823	185.824.004	10.728.806.80
PAB - Piso de Atenção Básica (2018)	466.013	108.505.543	4.904.950.60
EC 84/2014 - 1% FPM (julho 2015 a 2021)	4.282.766	560.214.302	31.250.199.10
Repatriação de recursos do exterior (2016 e 2017)	2.147.910	273.258.429	15.549.926.60
Deixou de perder com o Super Simples (2015 a 2021)	573.279	172.922.528	8.938.752.60
PAC - Máquinas (2013 a 2021)	1.390.983	93.918.197	8.079.832.70
Parcelamento da dívida Previdenciária (2017)	260.378	399.036.378	34.509.969.30
Cessão Onerosa (2019)	791.391	106.151.409	5.778.447.50
Recomposição do FPM (Pandemia COVID-19) (2020)	1.239.979	164.264.640	8.999.369.00
LC 173/2020 - Programa Federativo de Combate a Covid-19 (2020)	2.613.322	628.741.520	26.739.302.50
Portarias 369 e 378 - Recursos Extraord. da Assistência Social (2020)	315.987	52.298.874	2.781.559.90
Portaria 1666 - Recursos Extraordinários - Saúde (2020) - Covid-19	1.606.124	208.977.167	13.178.859.90
Portaria 1857 - Repasses Setoriais Extraord. - Saúde (2020) Covid-19	61.730	9.937.796	528.319.90
Port. 774 - Repasses Setoriais Extraord. - Saúde (2020) Covid-19	309.629	83.461.148	7.438.414.00
Port. 2.358 - Repasses Setoriais Extraord. - Saúde (2020) Covid-19	48.840	8.261.003	429.907.00
Lei 14.017 - Lei Adir Blanc (2020) Repasses Setoriais Extraord. - Covid-19	158.525	33.091.117	1.744.299.00
Emendas Parlamentares Impositivas (2020-2021)	2.157.585	801.987.263	33.804.635.00
Emendas Parlamentares Especiais (2020 - 2021)	-	13.372.368	2.683.132.00
TOTAL	88.300.109	25.531.394.492	1.310.787.872.



IMPACTOS DE PAUTAS IMPORTANTES E GRAVES	Impacto	Valores em reais		
		Município	Estado	Brasil
LC 194/2022 « ICMS »	Redução de Receita	5.158.760	799.807.825	21.671.536.93
LC 192/2022 « ICMS Diesel) até dez/22 »	Redução de Receita	96.400	14.945.755	1.123.296.22
EC 120/2022 « Reajuste do piso ACE e ACS »	Aumento de Despesa	251.051	46.129.282	1.973.714.82
PL 2.564/2020 « Piso da Enfermagem »	Aumento de Despesa	1.228.669	234.767.417	9.414.644.03
PL 2.337/2021 « Imposto de Renda »	Redução de Receita	1.550.943	233.590.981	13.704.767.54
PLP 108/2021 « Simples Nacional - ICMS e ISS »	Redução de Receita	640.367	117.294.771	6.614.970.98
PL 3.253/2019 « Piso de Garis »	Aumento de Despesa	-	51.184.430	2.208.092.42
PLs diversos « Pisos salariais »	Aumento de Despesa	9.756.094	1.187.737.963	41.893.913.99
Portaria 67/2022 « Reajuste do piso do Magistério »	Aumento de Despesa	2.681.025	552.118.384	30.463.057.34
Decreto 10.979/2022 « Desoneração IPI »	Redução de Receita	1.098.574	120.632.733	6.745.085.34
ADI 7.164 « STF - cobrança ICMS - até dezembro »	Redução de Receita	192.410	29.830.983	1.170.331.53
RE 1008166/STF « Obrigatoriedade da oferta de creches »	Aumento de Despesa	8.416.943	2.188.706.273	88.906.691.73
ADI 4.917 « Royalties de petróleo »	Redistribuição de Receita	-	3.355.317	5.900.000.00
TOTAL		31.071.236	5.580.102.115	231.790.102.88



No dia 06 de julho (quinta-feira), tive a agenda no Congresso Nacional no Gabinete da Senadora Rose de Freitas para eu e meu colega Vereador Cezar Tadeu Ronchi Junior, para tratar de assuntos de interesse do Município.

Fomos também ao Gabinete do Deputado Federal Neucimar Fraga também para tratar de assuntos de interesse do Município, bem como requeremos o direcionamento de recursos orçamentários ao OGU – 2022/2023 e protocolamos 2 ofícios que estará anexado em pdf.

E nossa última agenda do dia foi no Ministério da Educação – FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, acompanhando meu colega Vereador Cezar Tadeu Ronchi Junior para tratar sobre o assunto da liberação da verba para a Creche Municipal que vai ser construída no nosso Município.

O retorno foi dia 07/07/2022 no horário de 21 horas.

Abrão Levi Kiffer

Vereador da CMMF



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
ICP - Brasil.





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marechal Floriano, 06 de julho de 2022.

OF. SEGACMMF/PRESIDENCIA/Nº. 266/2022

Exm. Sr
Neucimar Fraga
Deputado Federal

Assunto: Solicitação

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, pelos relevantes serviços prestados pelo Nobre Parlamentar, na representatividade do Estado do Espírito Santo, buscando o desenvolvimento e valorização do Homem não somente do nosso Estado mais do nosso País, venho por meio do presente solicitar a possibilidade de contemplar a Comunidade de Rio Fundo em Marechal Floriano-ES, com o seguinte:

•CALÇAMENTO (PAVIMENTAÇÃO) LIGANDO RIO FUNDO ATÉ A VILA BORGONESTE MUNICÍPIO.

O atendimento a este pedido beneficiará o zoológico, pousadas, moradores, turistas e outros, sendo de suma importância para o desenvolvimento local.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,


Cezar Tadeu Ronchi Junior
Presidente CMMF


Abrão Levi Kifer
Vereador

RECEBI O ORIGINAL

06/07/2022

SP 267927 -





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marechal Floriano, 06 de julho de 2022.

OF. SEGACMMF/PRESIDENCIA/Nº. 267/2022

Exmº. Sr
Neucimar Fraga
Deputado Federal

Assunto: Solicitação

Sirvo-me do presente, para parabenizar Vossa Excelência pelos relevantes serviços prestados pelo Nobre Parlamentar, na representatividade do Estado do Espírito Santo, buscando o desenvolvimento e valorização de todos os capixabas, e venho por meio do presente solicitar a possibilidade de contemplar a Comunidade de Alto Rio Fundo e o distrito de Araguaya em Marechal Floriano-ES, com o seguinte:

- Que seja implementado Wi-Fi Brasil na Comunidade de Alto Rio Fundo e Araguaya.

Ressalto que, faço essa solicitação visando melhor acessibilidade à internet e qualidade de vida aos cidadãos das referidas localidades, os quais vêm passando por transtornos, devido à ausência dos benefícios solicitados acima.

Nesse contexto, o atendimento a estas reivindicações será de suma relevância. Posto isto, peço empenho deste referido Deputado, para legitimar essa solicitação, visando amenizar os transtornos enfrentados, no que tange à acessibilidade à internet.

Na ocasião, registro meus votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Presidente CMMF

Abrão Levi Kifer
Vereador

RECEBI O ORIGINAL

06/07/2022

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado

digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 e legislação correlata, registro nº C29255-000

Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



fls. 27

3288-1925 / (27) 99789-7

Cidade das Arqui-deas



EMANCIPAÇÃO LEI
4.571/91 PUBLICADO
O DIA 31/10/1991

DATA DE INSTALAÇÃO
1/01/1993

ÁREA TERRITORIAL
85,495 KM²

CLIMA
TROPICAL DE ALTITUDE
MÁXIMA 28° E MÍNIMA 8°

MUNICÍPIOS LÍMITROFOS
DOMINGOS MARTINS,
FREDO CHAVES,
MARAPARI E VIANA

DISTÂNCIA DA CAPITAL
DO ESTADO (VITÓRIA):
36 KM

COLONIZAÇÃO
ALEMÃES, ITALIANOS, SUIÇOS,
DINÊSES, PORTUGUESES,
AUSTRIACOS, DESCENDENTES
DE NATIVOS E DESCENDENTES
DE AFRICANOS

LATITUDE SUL DE
5º 30'

LONGITUDE OESTE DE
GREENWICH, DE 20º
46' 30"

POPULAÇÃO (IBGE/2021)
7.141 PESSOAS

BASE ECONÔMICA
AGRICULTURA, CULTIVO DO CAFÉ,
AGRICULTURA E A OLERICULTURA

RISCO

ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
MUITO PORTENTAMENTE INFLUENCIADOS
PELOS COSTUMES E TRADIÇÕES DOS
ALEMÃES E ITALIANOS E SE MANIFESTAM
NA ALIMENTAÇÃO, NA DANÇA, NA MÚSICA
E NA ARQUITETURA

IDENTIFICADOR
MUNICIPAL: 3400310034003A00540052004100

ENDEREÇO
R-262 E BR-101

REGIÃO:
SUDOESTE SERRANA

DEPARTAMENTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO
CONSTITUÍDA PELOS DISTRITOS
DE ARAGUAYA, DE SANTA MARIA DE
VICTOR, DA SEDE E DE VICTOR
MUNICIPAL Nº 848 DE 28/08/2008

TRABALHO E ECONOMIA



Deus seja

Comandante





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ROSE DE FREITAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que estive em meu gabinete em Brasília-DF no dia 06 de julho de 2022, o Ver. Abrão Levi Kiffer, CPF. 978.975.747-68, Pres. Cezar Tadeu Ronchi Junior, CPF: 009.677.057-03, do Município de Marechal Floriano para tratarem de assuntos de interesse do município.

Brasília, 06 de julho de 2022.

Atenciosamente,



Senadora Rose de Freitas
MDB/ES





DECLARAÇÃO

Declaro para os fins que se fizerem necessários, que os Vereadores **CEZAR TADEU RONCHI JUNIOR**, CPF: 009.677.057-03 e **ABRÃO LEVI KIFFER**, CPF: 978.975.747-68 do Município de Marechal Floriano/ES estiveram em meu gabinete parlamentar de nº 375, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, no dia 06 de julho de 2022, para tratar de assuntos de interesse do município, bem como requerer o direcionamento de recursos orçamentários ao OGU – 2022/2023.

Brasília-DF, 06 de julho de 2022.

NEUCIMAR FRAGA
Deputado Federal – PP/ES



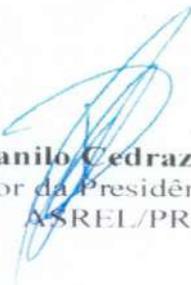


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE
SBS Q. 2 – Bloco F – Edifício FNDE – 11º andar – CEP 70070-929 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2022-4806/2022 4812

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que o Senhor **Abrão Levi Kiffer**, Vereador do Município de **Marechal Floriano-ES**, portador do CPF 978.975.747-68, compareceu a esta Autarquia, no dia 06 de julho do corrente ano, para tratar de assuntos referentes ao município

Brasília, 06 de julho de 2022.


Danilo Cedraz Fontencle
Assessor da Presidência do FNDE
ASREL/PRESI





Autenticar documento em <http://autenticidade.fls.31.com> com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

fls. 3





Autenticar documento em /autenticidade **fls. 33**
com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em /autenticidade fls. 34
com o identificador 3400310034003A00540052004 100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em /autenticidade **fls. 35**
com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em /autenticidade **fls. 36**
com o identificador 3400310034003A0540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.









Autenticar documento em /autenticidade **fls. 39**
com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





Autenticar documento em /autenticidade **fls. 40**
com o identificador 3400310034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.







Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Departamento Financeiro e Contábil

Para: Gabinete do Vereador Cezar Tadeu Ronchi Junior

ENCAMINHO PROCESSO DE DIÁRIA DO VEREADOR ABRÃO LEVI KIEFER PARA
HOMOLOGAÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO.

Marechal Floriano-ES, 14 de julho de 2022.

Claudiana Cristina Littig de Melo
Técnico Legislativo - Mat. 1

Tramitado por, Claudiana Cristina Littig de Melo, Mat. 1



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 31003000370039003A005400

Assinado eletronicamente por **Claudiana Cristina Littig de Melo** em 14/07/2022 10:48

Checksum: **9ED8E9547C715EE706542E8C521FB707DC03E9B1DAE6F56B294D2F43C3F0DD35**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 31003000370039003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
ICP - Brasil.





Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo: 718/2022 - RELD 25/2022

Fase Atual: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

Ação Realizada: Prosseguir para o membro do setor

Próxima Fase: ANDAMENTO PROCESSUAL (MEMBRO)

De: Gabinete do Vereador Cezar Tadeu Ronchi Junior

Para: Departamento Financeiro e Contábil

Aprovado!

Marechal Floriano-ES, 14 de julho de 2022.

Cezar Tadeu Ronchi Junior
Vereador - Mat. 80

Tramitado por, Cezar Tadeu Ronchi Junior, Mat. 80



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço autenticidade utilizando o identificador 31003000380036003A005400

Assinado eletronicamente por **Cezar Tadeu Ronchi Junior** em 14/07/2022 12:11

Checksum: **B1FCCA035E350FE9EDAD9B4AE032FA2B43E1A5CA089476B21142BDFB77663A01**



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 31003000380036003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira -
ICP - Brasil.

